

# UM DISCURSO QUE SE REFAZ: APAGAMENTOS DA MEMÓRIA E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

## *A DISCOURSE THAT REDO: DELETIONS IN THE NATURAL RESOURCES IN THE CITY OF SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, BRAZIL*

**Nadia C. Del Monte Kojio**

Fundação Cultural Cassiano Ricardo - SP – Brasil

**Antonio Carlos Machado Guimarães**

Universidade do Vale do Paraíba - SP – Brasil

**Maria Aparecida Papali**

Universidade do Vale do Paraíba - SP – Brasil

**Valéria Zanetti**

Universidade do Vale do Paraíba - SP – Brasil

**Maria Tereza Dejuste de Paula**

Universidade do Vale do Paraíba - SP – Brasil

---

**Resumo:** O trabalho insere-se em uma linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Nesta abordagem buscamos articular conhecimento oriundo de diferentes áreas do conhecimento (Sociologia, Antropologia, Análise do Discurso, História) tendo como foco a formação de identidades a partir da configuração e do uso do espaço urbano. Mais especificamente, discutimos a política de preservação do patrimônio cultural na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, buscando apreendê-la como parte de um processo em que segmentos hegemônicos da população buscam impor uma determinada representação da cidade. Abordamos o apagamento não só de marcas de um passado que organizou a cidade em função da cura da tuberculose (1900-1940) como também das memórias das pessoas que viveram esse tempo. Percebemos que a cidade é a materialização do que se diz sobre ela e como ela se diz. Como o objeto do enunciado está evidenciado na configuração do seu espaço, a leitura que se faz não só da manutenção como do processo dos bens elencados para serem preservados, de certa forma, acabam por representá-la. Abordamos acerca dos resultados da exclusão popular no processo de preservação do patrimônio histórico e cultural da comunidade de São José dos Campos, sobretudo os reflexos sobre a percepção que a população tem da cidade e de seu passado, tornando complexo o sentimento de pertencimento. Visa-se demonstrar que as questões sobre o patrimônio histórico local não devem permanecer restritas a alguns setores da sociedade, mas a todos que a compõem se, de fato, pensa-se na cidade como o espaço da memória em que todos têm a ela direito.

**Palavras-chaves** : espaço urbano, patrimônio histórico, representação.

**Abstract:** The paper presents a line of research that has been developed at the Masters Degree graduate Program in Urban and Regional Planning on the University of Vale do Paraíba, SP, Brazil. The approach seek to connect knowledge from different fields of knowledge (sociology, anthropology, discourse analysis, history) focusing on the formation of collective identities based

on the configuration and use of urban space. More specifically, it is discussed the policy of preservation of the historical patrimony of the city of Sao Jose dos Campos, state of São Paulo, seeking to perceive it as part of a process in which segments of the hegemonic population attempt to impose its particular representation of the city. It is then approached in the study the exclusion of the population majority of the discussions and change of local elites, leading to a deletion of the marks of the old period when the organization of the city was directed towards the tuberculosis disease treatment. Then, it was perceived that this approach cannot be restricted to what is said about the city, but has to be extended to how the city speaks about itself through the configuration of its urban space.

**Keyword:** urban space, historical patrimony, representation.

---

## Apresentação

O artigo ora apresentado é fruto de estudos empreendidos no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Uma de suas linhas de pesquisa reforça o espaço urbano como a materialização de um discurso, configurado na presença/ausência de seus equipamentos, nos elementos de sua paisagem e em sua disposição. A configuração da cidade é encarada como um enunciado que a projeta e que traz implícita a imagem que se tem do espaço

O caráter interdisciplinar desta abordagem destaca a incorporação de conceitos e métodos da Análise do Discurso. Por meio desse instrumento de análise podemos estabelecer relações do indivíduo com os elementos do espaço da interlocução, apontando os efeitos de sentido que emergem nesta relação. Considerando-se o contexto em que é produzido, o mesmo enunciado pode assumir sentidos bastante diversificados.

Um campo que nos parece privilegiado para examinar a relação sócio-cultural e discursiva é o campo do patrimônio cultural. As políticas de preservação e revitalização do patrimônio configuram um discurso marcado pela seleção do que preservar e do que apagar, incidindo diretamente na formação da memória social e na representação da cidade e de seu passado. Contudo, os efeitos de sentido que esse campo provoca não é homogêneo – não se pode pretender que um cidadão do século XXI perceba um monumento de 200 anos de idade da mesma maneira daqueles que o viram ser erigido. Mesmo contemporaneamente é necessário pensar as diferenças culturais que separam as diferentes visões de patrimônio.

Esta discussão será feita tendo como objeto de análise a cidade de São José dos Campos, focada basicamente em duas fases de sua história: a que foi marcada por sua condição sanatorial, voltada para o tratamento de tuberculosos e a que atualmente a caracteriza como pólo industrial e de alta tecnologia.

## Elementos da história de São José dos Campos, SP

São José dos Campos inaugurou o século XX com diversos estabelecimentos comerciais, dois hotéis, sete irmandades, um Grupo escolar e cinco escolas isoladas. Algumas atividades eram ainda tributárias do café, como o transporte do produto realizado por vinte e cinco carros, doze compradores de café e quatro máquinas para seu beneficiamento (Almanaque de São José dos Campos para 1905). Simone Lessa descreveu outros elementos da paisagem da cidade naquela virada de século:

Algumas referências são importantes para se imaginar a conformação da paisagem urbana, naquele momento, tais como a instalação da primeira farmácia na cidade (1867); a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil (1876); a inauguração do poço público para o fornecimento de água à cidade (1879) e a instalação de lâmpões a querosene para iluminação pública (1897) (Lessa, 2001, 51).

São José dos Campos cresceu sem grandes estímulos e sem grandes atrativos, até início do século XX, época em que grande quantidade de portadores de tuberculose passou a procurá-la em busca de tratamento e cura. A partir de então a cidade tendeu a se organizar econômica e politicamente em função da procura dos doentes. Em 1935, quando foi elevada à categoria de Estância, dispunha de um complexo de repúblicas, pensões, hotéis, clínicas, sanatórios e a publicação de um Boletim Médico especializado no tema da tuberculose. O brasão oficial ganhou a inscrição *Aura Terraque Generosa (Generosos são os Ares de Minha Terra)* e os profissionais da medicina passaram a receber apoio do poder público municipal.

Com a vinda dos grandes sanatórios e com a transformação da cidade em Estância hidromineral e climatérica, São José acumulou rendas consideráveis, proporcionadas pela reserva do Fundo destinado às estâncias (FUMEST), conseguindo, desta forma, meios de reformular seu espaço urbano. No centro da cidade intensificou-se, particularmente a implantação de equipamentos de infraestrutura. O primeiro zoneamento de São José dos Campos data desse período:

A atmosfera capitalista conduzia melhoramentos geograficamente situados nos centros das grandes cidades. Água encanada, iluminação elétrica, rede de esgotos, sistema de telefonia, ampliação e limpeza das vias de circulação passaram a entrar no rol das emergentes polícias públicas. Estavam dadas, porém, as "condições de exercício da função enunciativa". A enunciação era clara: o espaço, agora moderno, deveria ser limpo, belo, salubre, dinâmico e eficiente para abrigar a produção da modernidade.

Adotando as tendências do momento, o país modernizava-se. As tecnologias utilizadas transformaram com rapidez a paisagem. Novas construções urbanas, serviços coletivos e uma organização maior do trânsito anunciavam mudanças no espaço. Sem que, contudo, houvesse

transformações na organização econômica e cultural (Zanetti, 2008, 31).

São José dos Campos, representada como metáfora de doença e entendida sob a ótica da higiene e da salubridade, seguia a tendência do século XIX (Foucault, 1984). Enquanto medidas de profilaxia atingiam as cidades, a população carente passava a ser a principal vítima do processo de modernização do espaço. A necessidade de isolar e retirar os doentes dos grandes centros urbanos do país fez de São José dos Campos um importante pólo de atração desse segmento. Uma combinação de fatores explicou essa condição: a cidade situava-se no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e o seu acesso viável por meio ferroviário. E mais, somava-se a estes o aceno do poder local no sentido da aceitação dessa nova economia, baseada principalmente nas rendas oriundas dos doentes pobres que não conseguiam chegar a Campos do Jordão.

Simultaneamente à instalação dos diferentes alojamentos de doentes (sanatórios, pensões, repúblicas) iniciava-se o processo de industrialização do Município, incentivado pelo poder público. Em 1920, com a instalação da fábrica de louças Santo Eugênio e depois com a Tecelagem Parahyba de Cobertores, a cidade passou a conviver com o sistema fabril que marcaria profundamente a sua trajetória no século XX. A São José sanatorial se viu diante de novas exigências, agora, industriais. Era a fase do Estado Novo e da industrialização. O caboclo joseense e a indústria da doença deveriam abrir espaço para a São José moderna e tecnológica. Com a presença do Centro de Tecnologia Aeroespacial – CTA – e a Rodovia Dutra, São José avança no setor tecnológico e industrial.

São José dos Campos, localizada num ponto privilegiado no eixo Rio – São Paulo, na Via Dutra, foi inserida nos planos do governo para o Vale do Paraíba, passando a ser vista como uma cidade estratégica. Seu formato em tabuleiro, encravado na encosta protegida pela serra da Mantiqueira deu à cidade a condição geopolítica necessária para a instalação de uma base aérea. As reformas sanitárias empreendidas no início do século XX, no Município, possibilitaram uma boa condição urbana e de habitabilidade. Enquanto foi Estância Hidromineral a cidade tinha seu executivo controlado pelo Estado, o que se mostrou um facilitador para fazer de São José dos Campos local de implementação das políticas públicas dos governos Getúlio Vargas/ Adhemar de Barros (Lessa, 2001,78).



Figura 01: Mapa de localização de São José dos Campos.

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. São José em Dados, 2004, p.24.

O incentivo que a cidade recebeu do governo estadual atrelada a sua condição estratégica permitiu que a cidade de São José dos Campos recebesse as grandes multinacionais, os institutos de pesquisa e uma universidade. A partir da década de 1960, São José dos Campos teve um grande aumento da população, resultado da acelerada implantação de grandes indústrias em seu território. O centro da cidade, que anteriormente abrigara residências das classes mais abastadas, passou a receber os menos favorecidos e um grande número de lojas comerciais e de setores para alojar os órgãos públicos.

Tabela 01: Evolução Populacional do Município (1940-2004)

<b>Evolução Populacional do Município (1940-2010)</b>			
<b>Ano</b>	<b>População</b>		
	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
1940	36.279	14.470	21.805
1950	44.804	26.600	18.204
1960	77.533	56.882	20.650
1970	148.332	132.482	15.850
1980	287.513	276.901	10.612
1991	442.370	425.515	16.855
2000	539.313	532.717	6.596
2010*	629.921	617.106	12.815

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. São José em Dados, 2004, p.32.

\* Dados do Censo 2010. I.B.G.E

O reflexo de tais mudanças fez com que o município, a partir da década de 1970, se amparasse em dois importantes instrumentos de planejamento visando reorganizar a cidade, alterando o panorama municipal: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e a Lei municipal no 1.606/71 de 13/09/1971 ambos de 1971, responsáveis pelo novo zoneamento.

Ao mesmo tempo em que a cidade se reorganizava seguindo as determinações da demanda industrial, a representação da cidade sanatorial sofria um processo de apagamento. A São José dos doentes deveria dar lugar à São José moderna. Essa nova representação constava não só no plano econômico como também no planejamento urbano e, sobretudo, nos discursos e patrimônios edificadas:

O desenvolvimento modernista presente nos projetos, no Vale do Paraíba e, mais especificamente, em São José dos Campos, nas plantas das fábricas e edifícios, nos jardins e em projetos como o CTA, tiveram nesta cidade uma função homogeneizadora da paisagem. Encobriu o passado sanatorial e apontava para o futuro industrial. Esta tendência à homogeneidade era reforçada pela tendência da região – corredor à convalescência física (Lessa, 2001, 113).

Assim, o antigo zoneamento sanatorial foi dando espaço aos bairros residenciais e os prédios, que anteriormente abrigavam doentes, foram paulatinamente transformados em construções comerciais; alguns deles, infelizmente, foram demolidos. Cabe, no entanto, a pergunta sobre o alcance deste processo de apagamento. Isto nos remete a uma abordagem que reconhece,

nas discussões sobre o patrimônio cultural e representação da cidade, um campo de fortes tensões e disputas por hegemonia.

### **Política de patrimônio e exclusão da participação popular**

A noção de patrimônio aparece no período da Renascença. Choay (2001) observa que os antigos monumentos passaram a ser encarados pelas sociedades como patrimônio, associado em seu início às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, demarcando um espaço e um tempo memoráveis. Este conceito foi modificado e aperfeiçoado conforme as diversas necessidades sociais e urbanas. O patrimônio foi entendido então, como ferramenta social formadora e informadora de uma pretensa "memória coletiva", que incorpora a idéia de estabilidade, de permanência e de reconhecimento de determinados grupos que acabam selecionando o que para eles é representativo.

Sem a participação popular esse processo político acaba determinando o significado desses elementos valorizados que, por sua vez, acabam convertidos em espelhos dos grupos hegemônicos. Nesse sentido, a participação popular é fundamental, para que a noção de memória social assegure a base por onde é sustentada a identidade dessa sociedade. Quando isso não acontece, a identidade assume um caráter transitório, alheio à vida dos diversos grupos sociais.

Castells (2001, 01-36) relacionou a construção das identidades a três forças distintas: uma legitimadora, própria dos grupos hegemônicos; a segunda, de resistência, criada pelos que sofrem a dominação, criando resistências com princípios diferentes ou opostos a sociedade e, por fim; a de projeto, que surge quando os atores, usando a comunicação, constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade.

Monumentos e edificações são apropriados por órgãos públicos que tentam convertê-los em elementos representativos de toda a sociedade. Preserva-se unicamente o que é importante para a manutenção da hegemonia, apagando o que se entende como negativo ou desqualificador do espaço e da sociedade. Em algumas ocasiões, o patrimônio se torna objeto de espetacularização e de *marketing* cultural, num esforço de esconder o passado incômodo e forjar uma imagem da cidade afinada com a representação de determinados grupos e de seus interesses.

Infelizmente, esse sentido ideológico e político de cultura mantêm-se predominante, permeando um conceito de patrimônio cultural fundado na idéia da identidade nacional vista como homogênea, símbolo dos interesses de determinados segmentos sociais. Foi por meio deste conceito de identidade que o Estado se apoiou para identificar os patrimônios culturais e preservá-los como símbolos da "memória nacional". Este conceito, que deu as bases da nossa

Identidade Nacional recusou enxergar a formação social brasileira cuja marca foi estabelecida na diferença.

Marilena Chauí (2006), estudando a trajetória do conceito de cultura observou que a distinção entre natureza e cultura aparece no século XVIII, momento em que também se afirma a idéia de patrimônio cultural. Nesse contexto, cultura era sinônimo de "civilização", termo associado aos resultados humanos sobre a natureza, expresso nas obras, na produção artística e nas instituições dos agrupamentos humanos no seu percurso histórico.

No sentido oposto Bhabha (1998) pensa a cultura como diversidade. Nesta perspectiva, a cultura é entendida como resultante de um processo contínuo de embates entre grupos sociais que fundam e geram diferenças e discriminações e, neste sentido, se remete à trama das relações de poder e a práticas de institucionalização, de dominação e de resistência. Para Bhabha, é nos interstícios, nos entre-lugares que a cultura se forma. Assim, há diversas culturas, cada uma relacionada ao seu espaço social, cada uma ligada ao seu "grupo" e em constante movimento de criação e recriação, de significação e ressignificação social e simbólica.

Por esta via chegamos ao tema da Memória Coletiva. Distinguimos esta da memória individual por se tratar de uma construção social, ligada à identidade de grupos e, como tal, sempre refeita. Nela, são revividos, reinterpretados ou simplesmente apagados os acontecimentos ligados à vida do grupo. Neste sentido, ela intervém na constituição de identidades de agrupamentos humanos em vários níveis, das pequenas comunidades à sociedade nacional. Vale aqui enfatizar que o termo coletivo não se traduz por uniformidade, uma vez que se mantém a diversidade cultural sobre a qual se apóia. Como observou Renato Ortiz (1998, 33), "uma civilização promove um padrão cultural sem com isso implicar a uniformização de todos. (...) ela possui uma especificidade, fundando uma nova maneira de "estar no mundo", estabelecendo novos valores e legitimações." A memória social se constrói na identificação dos grupos sociais com o espaço que ocupam:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução (...). O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa (Halbwachs, 1990, 133).

Assim, o patrimônio, entendido como formador de identidades se torna a fonte de significado e experiência de um povo na construção de sua memória social. Esta é sempre afetada pelas mudanças nas formas de ocupação do espaço, decorrentes de transformações nos planos da produção econômica e organização social. Coloca-se aqui a questão das políticas relativas ao patrimônio cultural como um processo em que os elementos do passado assumem novos sentidos e



significados, condicionados à capacidade das produções do passado expressarem as representações do presente:

São inúmeros os bens materiais e imateriais, provenientes de outros momentos históricos, que encontramos na cidade cotidianamente. No entanto, não é pela antigüidade que esses bens são considerados patrimônio. A transformação de um bem em patrimônio implica no reconhecimento de algum valor excepcional e singular, pela sociedade, que justifique a sua preservação enquanto um representante cultural (...).

Enfim, é pelo valor que lhes é atribuído, que esses bens são diferenciados dos demais e podem receber uma proteção específica. (...) A atribuição de valor expressa a capacidade de alguma coisa (bem material ou imaterial, atitude ou idéia) responder a uma necessidade humana, passando obrigatoriamente por escolhas mediadas pelos sentidos e significados. Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes o valor não é imanente aos bens e as coisas. É resultado das relações dos homens entre si e não das relações diretas dos homens com os objetos. Enfim, o valor atribuído aos bens preservados resulta de um conjunto de variáveis atuantes ao longo do processo o que, consecutivamente, refaz o próprio conceito de patrimônio em cada momento (Oliveira, 2008, 03).

Na cidade de São José dos Campos observa-se que a população não se reconhece diante do patrimônio preservado, resultado de uma política tecnicista e que não leva em conta os desejos populares. Uma pesquisa realizada no centro da cidade junto à população, sobre o conhecimento que os moradores tinham acerca do patrimônio cultural e da história local, obteve-se o seguinte resultado: 79% dos entrevistados declararam não conhecer a história do município, 18% alegaram conhecer pouco a história municipal e somente 3% assumiram conhecer bem a história local. Dos entrevistados, 93% desconheciam o patrimônio histórico e cultural, quando inquiridos sem estímulos visuais; ao serem apresentadas imagens dos bens preservados, 3% afirmaram não reconhecê-los, 52% reconheceu alguns deles e 45% reconheceram a maioria (Ferreira, Gomes, Carmo, 2006).

Do mesmo modo que as representações do passado podem ser vislumbradas nas políticas de preservação, estas podem ser entendidas por meio do instrumental da Análise do Discurso. Esse instrumento possibilita-nos entrever não só aqueles que falam sobre a cidade, como também os que estão representados nos seus projetos. Esta vertente da Lingüística se apóia no conceito de Formação Discursiva, uma estrutura homóloga da Formação Ideológica. Esta prescreve os lugares de onde se fala e, a partir deste, o conjunto de possibilidades da fala, uma atualização de enunciados passados (os "já-ditos) e os apagamentos, os indizíveis de cada cultura (Orlandi, 2000).

As possibilidades de fala abertas ao discurso dependem das condições em que este se produz. Ressalta-se aí o jogo de imagens proposto por Pechêux. O sujeito fala de um determinado lugar social a partir de imagens que faz de si, de seu interlocutor e do seu referencial (Villarta-Neder; Nogueira, 2008). Isto aponta para um aqui/agora do discurso não apreendido quando se busca fixar os

conteúdos do que se fala em significados perenes:

O quadro das significações de um discurso depende do quadro situacional em que se insere. Com isso não se pretende negar a existência de um significado próprio do discurso, mas simplesmente indicar que uma análise interpretativa não pode prescindir das significações que emanam das relações entre os protagonistas do discurso e a situação. Isto porque é dessas relações, acrescidas àquelas, que se estabelece entre os interlocutores, que se definem algumas significações básicas ligadas à pragmática discursiva (...). Não se decide jamais a priori se um discurso visa edificar ou persuadir sem que se levem em conta as características fundamentais da situação e das relações entre os interlocutores (Ozakabe, 1979, 53).

As políticas de preservação podem ser pensadas por meio do discurso que produz outro texto, materializado num conjunto de edificações, monumentos, bem como de bens imateriais, que se remete a elementos da memória coletiva. As intervenções no ato de selecionar o que é considerado significativo ligam espaços e objetos de tempos diversos, homogeneizando o antes distinto. Os apagamentos dos bens patrimoniais devem ser entendidos como enunciações que atribuem sentido ao território e sua cultura. Como na fala, o apagamento também depende do lugar social do sujeito.

Nos projetos de preservação dos espaços encontramos envolvidos basicamente dois atores: num dos pólos, a população, sua produtora e usuária, considerada em sua diversidade cultural e, noutro, a administração pública, responsável legal pela preservação dos espaços de memória e cidadania. As tensões que daí advém só podem ser entendidas dentro de um quadro marcado pela diferença. Técnicos da preservação e população nem sempre partilham dos mesmos valores, da mesma memória. Não há uma mesma identidade nacional, única e perene, que os abrigue igualmente. Existem leituras diferentes do patrimônio e disputas por hegemonia neste campo. Como bem alerta Melissa de Oliveira:

o reconhecimento de um bem enquanto patrimônio cultural somente ocorre quando a população se apropria desse bem nas suas práticas cotidianas, gerando um processo de identificação e valorização simultânea, que reconhece naturalmente o patrimônio e o seu valor. Não é a criação de valores pelo Estado e sua imposição à sociedade que gera um processo de reconhecimento e aceitação desse bem como um patrimônio, como algo vinculado à sua história ou à sua cultura (Oliveira, 2008, 04).

## **A prática preservacionista em São José dos Campos, SP.**

Em 20 de setembro de 1984 foi criado, por Lei Municipal, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos – COMPHAC. Hoje, o Conselho atua como um órgão consultivo da Secretaria de Planejamento Urbano, sob a responsabilidade da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR).

Desde a década de 1930, vigorava no Brasil uma legislação que exigia dos municípios a criação de seus próprios órgãos preservacionistas. Criado nos moldes do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), O COMPHAC propôs adotar “todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do município cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou cultural, bem como dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados (FCCR: COMPHAC: 2008).

São atribuições do Conselho: opinar sobre a preservação, restauração e conservação da paisagem, das formações naturais, de bens móveis e imóveis que caracterizam o Município; proceder à identificação dos bens culturais; opinar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis; elaborar normas ordenadoras e disciplinadoras da preservação dos bens; opinar sobre projetos de conservação, restauração e aproveitamento turístico e cultural dos bens preservados; fiscalizar e sugerir quanto à adequação de uso dos bens e deliberar para sanar os desvirtuamentos; elaborar pareceres de apoio técnico e deliberativos; sugerir sobre o desenvolvimento de tecnologias próprias voltadas para a preservação de bens e sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico, paisagístico ou cultural (Idem).

As políticas de preservação, quando não participativas, encontram-se sob o controle dos grupos hegemônicos, ignorando expressões culturais de grupos aliados do poder. O COMPHAC do Município de São José dos Campos não constitui exceção e, deste modo, não superou o discurso da homogeneidade social, uma vez que reafirma o discurso oficial e elitista e não promove a participação popular nas decisões relativas à preservação do patrimônio cultural.

São José é uma cidade relativamente nova, com pouca tradição preservacionista, resultado das políticas que lhe foram impostas. Construída praticamente a partir de referenciais externos e formada por uma grande população migrante, são poucos os símbolos que remetem ao seu passado ou pelo menos, são poucos os símbolos que a Administração Pública ou a própria população identificam como referência a esse passado. São José dos Campos é também uma cidade com forte influência dos interesses econômicos e imobiliários, o que interfere na prática preservacionista.

Observamos a partir das Atas do COMPHAC que, somente em dois momentos a participação popular foi efetiva no município. Embora com resultados positivos para a população, a preservação foi realizada de forma distinta pela Administração.

O primeiro momento é datado de 1993 a 1996, em cujo evento de Orçamento participativo a população vizinha à Estação Ferroviária do Limoeiro (Bairro do Limoeiro em São José dos Campos) pediu sua preservação, a comunidade de Eugênio de Mello (subdistrito de São José) solicitou a oficialização da Estação de Luz e Força do Distrito como patrimônio. A preservação foi aceita pela Administração e pela população, sem ter o sentido de atentado à propriedade privada. Essa postura pode ter sido resultado de dois fatores: São José dos Campos não se encontrava tão refém da Câmara e dos interesses de construtores e imobiliárias; e, pela postura da própria administração em valorizar o patrimônio em suas diversas modalidades que reprimiu qualquer manifestação contrária aos interesses hegemônicos.

O segundo momento, mais recente, de 14 de abril 2009, é marcado pela disputa do espaço do bairro de Santana pela população e pela especulação imobiliária. A população do bairro de Santana, sentindo-se ameaçada pelos interesses imobiliários locais, participou de uma das reuniões do COMPHAC onde cobrou a preservação do complexo fabril da antiga Cerâmica Weiss.

Contudo, preservada sob o olhar vigilante da população apesar da constatação de sua importância para o bairro, a visão tecnicista e tradicionalista da Administração marcou esse processo. A fala da população foi entendida como desorganizada e não passível de inteligibilidade, percebida apenas como um ruído (Orlandi, 1998, p. 03-10). A fala social também foi entendida como restrita, não abrangendo os interesses técnicos de organização da cidade. Segundo a Ata de 14 de abril:

[O secretário do Conselho] informa que estão presentes no auditório, vários munícipes que estão pleiteando a proteção e preservação da Cerâmica Weiss, [...] [O secretário do Conselho] informa aos munícipes presentes que podem participar da reunião, como ouvintes, sem se manifestar. [O secretário do Conselho] sugere que todos primeiro assistam a apresentação da Divisão de Patrimônio Histórico (DPH), de forma ordeira, civilizada e pacífica e que em seguida será dada a oportunidade, para que uma das pessoas, na condição de representante da comissão de preservação da Cerâmica Weiss, faça uso da palavra por três minutos, para que possam apresentar o seu ponto de vista, as suas reivindicações e suas sugestões. [O secretário do Conselho] afirma que dessa forma, estaremos discutindo e debatendo civilizadamente essas questões e que mesmo que haja divergências, essas fiquem apenas no plano das idéias, pois devemos respeitar para sermos respeitados e que a rigor, todos que aqui estão, sejam os conselheiros, os munícipes e representantes de movimentos sociais, todos temos um mesmo objetivo, compatibilizar o crescimento da cidade, para que ocorra da forma mais adequada e também preservando a memória e a história da nossa cidade, que afinal é de todos nós. [O secretário do Conselho] enfatiza, que provavelmente a proposta a ser apresentada pela Divisão de Patrimônio Histórico, não agrada a todos, pois ela foi desenvolvida

pensando-nos vários fatores que envolvem a preservação de um bem e de todos os atos e conseqüências que advirão dessa, pondera que a proteção legal é o primeiro passo, é apenas o início e a parte mais fácil de todo o processo, pois na verdade o uso futuro e a recuperação e restauro desse bem, é bem mais complexo e difícil. [...] [O secretário do Conselho] relembra que na legislação atual, lei municipal nº 3021/85, não há definição sobre procedimento e encaminhamento, ou mesmo a proposição de terceiros, como é o caso (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO/COMPHAC, < [www.fccr.org.br/comphac](http://www.fccr.org.br/comphac) >, 2008).

Para além das diretrizes emanadas pelo IPHAN, o COMPHAC também deveria e deve seguir as diretrizes internacionais, considerando o Brasil um país signatário da Convenção do Patrimônio Mundial desde 1977. Na Declaração de Amsterdã, em 1975, há um primeiro indicativo no sentido de uma articulação entre o planejamento urbano e a preservação, incorporando a participação popular como elemento importante no processo decisório.

No Brasil, a legislação relativa ao patrimônio cultural foi ampliada somente com a Constituição Federal de 1988. Nela estão definidas as competências de promoção, regulamentação e fiscalização das práticas de preservação, atribuindo um papel mais significativo para a administração municipal e para a participação popular. A participação popular prevista na Constituição ocorre na apresentação de projetos de lei que preservem um bem; na fiscalização na execução de obras e na proteção do bem, conservando-o. No mesmo sentido, a regulamentação do Estatuto da Cidade reafirma a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

O COMPHAC, criado num momento anterior à Constituição de 1988, mas sob a influência das Cartas Patrimoniais, identificou vários bens considerados relevantes e preservou-os em diversos pontos no município. Contudo, a leitura dos documentos produzidos por esse órgão, revela a exclusividade da administração pública na identificação do que é importante ser preservado. Assim, a lei nº 2.869/84, que criou o COMPHAC, foi atualizada por várias vezes para a inserção de novos membros, sem que se observasse uma abertura à participação popular no processo decisório. As decisões relativas ao Conselho emanam do poder público, representado por seus treze membros, cuja responsabilidade é a de preservar a "memória coletiva". Não se observando a divulgação das ferramentas que podem ser utilizadas pela população na preservação de seus bens ou a participação popular nas decisões. É o que trataremos a seguir.

## A emergência do popular no debate sobre patrimônio cultural

Muito embora as Atas das primeiras reuniões do COMPHAC estipulassem a participação popular nas decisões, esta só aparece claramente durante os anos de 1992 a 1996 e em 2009. De acordo com as atas, o governo municipal, nos anos de 1993 a 1996, decidia, junto com a população, os bens que deviam ser preservados. Isso aconteceu, particularmente, nas assembléias do Orçamento Participativo, de onde emergiam demandas relativas à preservação de alguns bens patrimoniais. Contudo, nos anos posteriores, essa política acabou abandonada pela Administração. Um dos dossiês posterior ao ano de 1996 identifica essa política de afastamento da população. O Dossiê relativo à Fazenda Galo Branco informa que a população, através de uma ONG, CEDEPAC, solicitou a preservação de um bem que, embora tenha sido considerado relevante, não foi preservado, o que demonstra a distância entre a população e os órgãos preservacionistas (FCCR, DPH, 1997). Uma matéria no Jornal *Folha de São Paulo*, de 12 de agosto de 1999, tratou do assunto.

A Fazenda Galo Branco é uma das fazendas do início do século 1920, produtora de café e que deu origem ao atual Distrito de Eugênio de Melo. Quando da solicitação, datada de 05 de outubro de 1998, houve uma vitória a pedido da Divisão de Patrimônio Histórico no local, que destacou o estado precário de conservação, a presença de uma família na Sede e o desinteresse pela preservação. Anos mais tarde, em 2000, novamente o tema veio à baila e, em documento da mesma Divisão, a equipe observou que o bem era passível de preservação, no entanto, sua preservação não foi oficializada pela Secretaria de Planejamento. Em Ata de Reunião do COMPHAC de 18 de agosto de 1999 não foi registrada claramente a posição da equipe nem tampouco foi feito a oficialização do pedido, houve em torno dessa questão um grande silêncio. Encontrou-se apenas referência à discussão e nenhuma lauda a respeito dos resultados, do debate. Os anos de 1993 a 1996, quando a Administração buscou novos paradigmas na gestão da cidade, estimulou pedidos de preservação por parte da população, que buscou na administração municipal uma parceria no atendimento de suas demandas. Mencionamos como exemplo deste relacionamento o pedido da Prefeita Ângela Guadagnin em 1995, encaminhado para o Presidente da Rede Ferroviária Federal da Estação do Jardim Limoeiro. O Comodato foi mais tarde realizado através de Convênio. Como resultado, foi estipulado o uso pelo município das estações ferroviárias, desde que fossem cuidadas; incluía-se a possibilidade de sua aquisição, desde que o município possuísse um projeto para encampá-las. Transcrevemos a seguir o ofício assinado pela Prefeita, enviado ao Presidente da Rede Ferroviária Federal:

Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
Ofício nº 307/95 -GP  
São José dos Campos, 31 de julho de 1995.  
Prezado Senhor  
A Administração Democrática e Popular da Prefeitura Municipal de São

José dos Campos tem como uma de suas metas de Governo a recuperação e a valorização do patrimônio cultural do Município. O executivo implantou uma área especializada responsável pela implantação do Arquivo Público do Município, pelo Museu Municipal e pelo Patrimônio Histórico, que atualmente desenvolve trabalhos de recuperação de vários edifícios históricos preservados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do estado de São Paulo (Condephaat) e pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural de São José dos Campos (Comphac), como os prédios da Câmara, Biblioteca Pública e o Mercado Municipal.

A repercussão deste trabalho junto à comunidade chamou a atenção da população do Bairro Limoeiro, onde existe uma antiga Estação da Rede Ferroviária Federal, que atualmente encontra-se abandonada. Através de suas lideranças comunitárias, a população local solicitou a interferência da Administração Federal junto à essa Presidência para que o edifício fosse cedido em comodato ao Município para ser recuperado e passar a ser um espaço cultural comunitário, com a instalação de uma biblioteca pública.

Por este motivo a Prefeitura Municipal tem interesse em desenvolver um projeto para a ocupação e ocupação da edificação e solicita da Presidência da Rede Ferroviária Federal informações sobre a possibilidade de abertura de negociações sobre o assunto (...). Ângela de Moraes Guadagnin -Prefeita Municipal" (Dossiê relativo às Estações ferroviárias, 2008).

Após o ano de 1996 houve um retrocesso na participação popular. Um dos indicativos é a recorrência de pedidos de preservação, nas Atas e dossiês de bens patrimoniais produzidos e acumulados na Divisão de Patrimônio Histórico. Nota-se também que não havia a identificação de bens significativos para os vários segmentos sociais. Por outro lado, torna-se flagrante o estado de abandono dos bens que, no passado próximo, foram objeto de demanda popular. Segundo reportagens do Jornal *Valeparaibano*:

A bancada de oposição da Câmara Municipal de São José dos Campos pretende mover ação pública contra a prefeitura da cidade por suposta negligência nas negociações de aquisição das quatro estações ferroviárias do município. Atualmente, com exceção da Estação Central na Vila Maria, as Estações Limoeiro, na região oeste, Martins Guimarães e a do distrito de Eugênio de Melo, na região leste da cidade estão em estado precário de conservação e correm risco de ruir. Teoricamente, todos os prédios são preservados pelo Comphac (...). Segundo o líder da oposição Wagner Balieiro (PT), as estações são alvo de negociações entre a prefeitura e a extinta RFFSA (...), há mais de oito anos. "Enquanto esse impasse se arrasta as construções históricas correm o risco de desabar (Jornal Vale Paraibano – Caderno Cidade – 28/10/2008).

Outro lado – Procurado pelo Valeparaibano, a presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Antônia Varotto, não retornou as ligações. Líder da bancada do governo, Juvenil Silvério (PSDB) se limitou a dizer que o governo não investiu na recuperação das estações em razão de existirem outras 'prioridades'.

Vice-líder, o vereador José Luiz Nunes (DEM) admitiu a possibilidade de retomar as negociações com a União. 'As estações são patrimônio da cidade e não podemos correr o risco de perder parte da memória de São José' (*Valeparaibano*, Primeiro Caderno, 28 out. 2008).

Apesar de movimentos contrários, a população resiste ao tecnicismo, ao tradicionalismo e ao silenciamento promovido pela Administração. Percebe-se em diversas matérias do jornal local, a presença da população cobrando, acompanhando ou mesmo executando ações preservacionistas para a manutenção das estações ferroviárias. No caso da Estação Central, pelo menos 23 famílias da Central de Movimento Popular de São José que moram no antigo prédio de desembarque da estação ferroviária da Vila Maria estão catalogando documentos para realizar mostra sobre os trabalhos da Rede Ferroviária Federal na cidade. Não raro este engajamento mobiliza apoios de certo modo inesperados, considerando o fato deste debate manter-se ainda restrito a alguns círculos.

O local foi desativado na década de 1950. A área foi ocupada por 23 famílias da Vila Tatetuba no início de 2004. Segundo uma das coordenadoras do movimento, Leila Boratt Pereira, 34 anos, a estação foi encontrada em completo abandono. "Reformamos o prédio sem mexer em sua estrutura, pintamos, arrumamos o telhado e mantivemos todas as características do local. E todo o material encontrado foi arquivado para preservar a história da estação", disse. A mostra vai reunir documentos, fotografias e plantas de uma série de estações da região que foram abandonadas. Serão cerca de 900 fotos --de obras ferroviárias, locomotivas e funcionários, documentos trabalhistas de 1902 a 1968, plantas e desenhos de antigas estações da década de 70, além de maquinário, cofres e boletins da Associação Brasileira de Preservação ferroviária da década de 80. Segundo o motorista João Modesto Alves Pereira, 62 anos, a história da ferrovia foi encontrada no lixo. "Quando chegamos aqui o local estava com muito mato e sujeira. Encontramos esses documentos jogados, guardamos e agora iremos mostrar à comunidade", disse. O grupo também irá expor fotografias de sua história (*Jornal Valeparaibano* - Caderno Seu Bairro, 11/08/ 2005).

Um dado chama a atenção neste debate. Na fala dos diversos atores, os valores mobilizados foram diferentes, muito embora seu alvo seja o mesmo, a preservação do patrimônio cultural local. Na primeira matéria, O líder da oposição, o vereador Wagner Balieiro, referiu-se ao valor histórico dos prédios. No ofício da prefeita Ângela Guadagnin (1995), a estação apareceu como potencial centro cultural. E para os vereadores da bancada da posição, há outras prioridades, que não o patrimônio cultural. Essa fala acabou corroborada na observação de um dos invasores da Estação Central: "Segundo o motorista João Modesto Alves Pereira, 62 anos, a história da ferrovia foi encontrada no lixo. "Quando chegamos aqui o local estava com muito mato e sujeira. Encontramos esses documentos jogados, guardamos e agora iremos mostrar à comunidade" (*Jornal Valeparaibano* - Caderno Seu Bairro, 11/08/ 2005).

Para o chamado "cidadão comum" que elementos de sua memória individual ele agencia? A resposta não é única (incorreríamos no mesmo erro já



aqui apontado). Mas, na fala de uma moradora podemos identificar a distância que muitas vezes separa a fala do técnico da fala do cidadão:

A dona-de-casa Paula Cristina dos Santos, 23, cresceu próximo à estação Martins Guimarães. Ela sintetiza o sentimento de muitos moradores do bairro que sonham em ver o patrimônio recuperado. “Era lindo, havia pés de fruta e uma cerca. De repente os trabalhos na estação pararam e ninguém nunca mais voltou para cuidar. Eu tenho saudades daquele tempo (Jornal *Valeparaibano* – Caderno Cidade – 28/10/2008).

O patrimônio joseense sustenta os projetos de reconstrução de identidades e de novos valores sociais e históricos, reforçando o apagamento da memória social. Instrumentalizados legalmente e sustentados pela ausência de uma eficiente educação patrimonial, os interesses hegemônicos, têm propiciado a não participação popular e a construção de um futuro alheio à sociedade.

Constando que a preservação do patrimônio cultural só faz sentido se for para garantir o elo entre o passado e o futuro dos diversos grupos sociais que ocupam o espaço das cidades. Partindo-se da premissa de que se faz necessária a inserção da população no corpo de discussões do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural, o que se coloca é que o modelo de política pública que deve ser desenvolvido para abranger a população em geral, permitindo o resguardo de seus direitos e de sua memória não está devidamente implantado em São José dos Campos. São necessários ajustes que contemplem novos mecanismos de divulgação e preservação.

Verificando-se que a política de preservação deve recompor os atores sociais e para tanto deve contemplar os interesses da população em conjunto com os interesses dos especialistas da área a ausência da população deve ser superada por uma nova diretriz da política preservacionista. A política deve ser inclusiva.

## **Apagamentos e releituras do patrimônio cultural joseense**

No início deste artigo remetemo-nos ao passado recente da cidade de São José dos Campos, com suas fases sanatorial e de aceleração do processo de industrialização. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a passagem de uma à outra se configura quase que como ruptura. E, muito embora já houvesse na fase sanatorial um início de industrialização, inclusive com incentivos municipais e incorporação, como força de trabalho, de familiares dos doentes que procuravam o município. A industrialização que se intensifica a partir da década de 1950 não é extensão do poder do segmento anterior, nem dos capitais que nele foram acumulados. São dois processos que se sobrepõem, cada um formando sua composição social e política que, em grande medida, disputam a hegemonia no município.

Com as novas terapias empregadas na cura da tuberculose há um enfraquecimento do segmento médico. Isto vai se refletir no terreno do patrimônio cultural de duas maneiras: De um lado, novos usos são atribuídos aos antigos espaços outrora ocupados pelos médicos; de outro, vários deles são simplesmente demolidos, dando lugar a praças ou empreendimentos imobiliários.

Tomemos dois exemplos: os Sanatórios Vicentina Aranha e o Ezra. O primeiro, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo – titular de um dos principais escritórios de arquitetura no início do século XX e responsável, entre outros projetos importantes, pelo do Teatro Municipal de São Paulo -, foi inaugurado em 1924 e funcionou como sanatório até fins da década de 1970. Até data recente abrigou um hospital geriátrico, quando foi fechado pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, sua proprietária na época. Atualmente serve de parque municipal, com sua área interna fechada ao público.

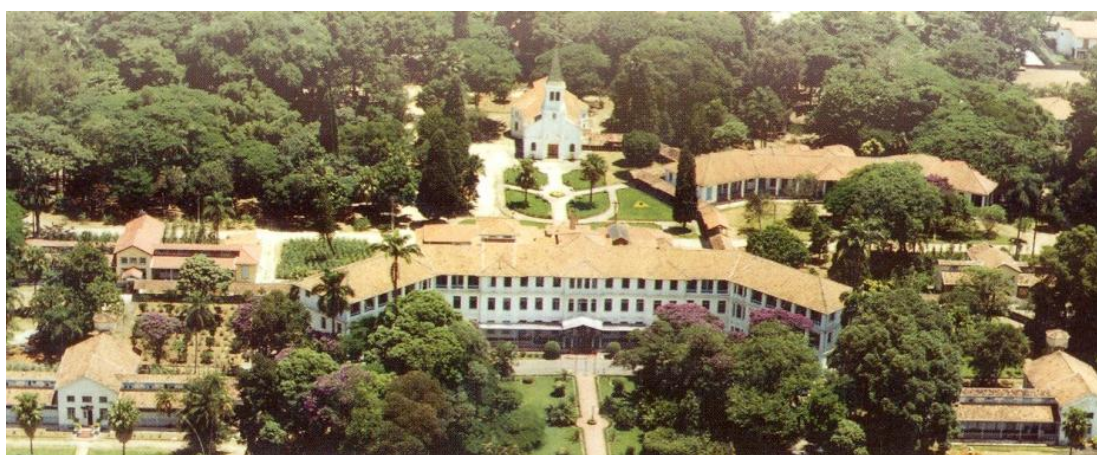


Figura 02: Sanatório Vicentina Aranha, 09 mai. 2008

Fonte: Acervo do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

O Ezra, fundado e mantido pela comunidade judaica, já não existe mais fisicamente. O espaço que ocupava deu lugar a um parque (Santos Dumont) onde se encontram estacionados velhos aviões, destacando-se o primeiro Bandeirante produzido pela Embraer, e Veículos Lançadores de Satélite (VLS) produzidos pela indústria aeronáutica local. Ao lado destes, uma pequena área do parque encontra-se ocupada por um jardim que homenageia a colônia japonesa.



Figura 03: Sanatório Ezra, fachada dos pavilhões femininos e médico-cirúrgico, s.d..

Fonte: Bittencourt, 1997.

Em ambos os exemplos percebemos o apagamento da memória da fase sanatorial de São José dos Campos. O antigo espaço do Sanatório Vicentina Aranha hoje é chamado de "Parque Vicentina Aranha". A função do espaço como antigo sanatório, um importante referencial no tratamento da tuberculose na América Latina, perdeu-se com a nova funcionalidade do espaço. No local que hoje funciona o parque Santos Dumont não existe qualquer menção que ali tivesse sido, um dia, um importante sanatório da comunidade israelita.

Antes de fechar, o hospital geriátrico Vicentina Aranha ainda mantinha uma fraca reminiscência do período, quando servia de local de visitação por devotos do beato Padre Rodolfo Komoreck, também tuberculoso e morto em 1949. Na época do hospital geriátrico, seu quarto ainda permanecia intocado e os devotos costumavam refazer a rota de seu passeio vespertino como forma de devoção. De qualquer maneira, é uma fase importante da história do município que deixa de ser evocada; um apagamento somente explicável pelo deslocamento do poder de sua antiga elite. Contribui ainda para este esquecimento o fato de que a maior parte da população local é composta por indivíduos que migraram para o município atraídos pelo crescimento da industrialização e por seus descendentes.

O que vale ressaltar nestes dois exemplos é, em primeiro lugar, o apagamento de elementos ligados à trajetória de grupos que compuseram a estrutura social da cidade. A novidade é o fato de se tratar de um segmento antes dominante e que deixara sua marca em edificações (algumas majestosas, como no caso do Sanatório Vicentina Aranha) que poderiam trazer a lembrança do tempo de seu domínio. Contudo, embora parte deste patrimônio ainda exista e tenha sido tombado, o sentido que produzia no passado foi deslocado para dar lugar a novos sentidos alinhados com uma nova conjuntura.

Nos termos da Análise do Discurso, os elementos ligados à fase sanatorial converteram-se em *indizíveis*, para dar lugar a *já-ditos*, harmonizados com uma

representação de cidade moderna industrial, marcada pelo avanço científico e tecnológico. É uma nova identidade que se busca impor à população local. De outra parte, embora este discurso se expresse verbalmente, ele também se materializa em outros suportes. O Parque Santos Dumont é bastante expressivo neste sentido, pelo apagamento que sua estrutura física promove, seja em relação às marcas da fase sanatorial, seja em relação à presença da colônia judaica no município. Ele fala por si, mais do que qualquer discurso que se faça sobre ele.

## Considerações finais

Apontamos a pertinência do uso da Análise do Discurso na abordagem do espaço urbano e de seu patrimônio cultural. Pelo exposto vimos que não se trata unicamente de analisar o que se diz sobre a cidade, mas buscar apreender o sentido que se produz na forma como o espaço se configura e como ele é vivido por quem o utiliza. Deste modo, o projeto urbanístico se constrói para além da técnica (e não devemos esquecer que esta já comporta uma grande dose de subjetividade), revelando valores de quem projeta e, consciente ou inconscientemente, buscando impor uma imagem que se faz do lugar e da sociedade como um todo. No projeto e no uso do espaço são refeitas identidades e ressignificadas a memória coletiva; não raro, infelizmente, obstaculizando a participação popular e suas marcas no espaço urbano.

---

## Referências

ALMANAQUE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS PARA 1905/ Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Tânia. *Arquitetura Sanatorial*. São José dos Campos, 1997.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais. IN: *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura: O poder da Identidade*. v.II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação e Bolsas, 2001.p.1-36.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: editora UNESP, 2001.

COMPHAC. Consolidado das Atas do Conselho Municipal Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural de São José dos Campos. Disponível em: <<http://www.fccr.org.br/comphac.htm>>. Acesso em 20 abr.

2008.

COMPHAC. Fundo COMPHAC. Série Atas do Conselho Municipal Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural de São José dos Campos. Acervo Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

FERREIRA, Cláudio José Pinto, GOMES, Renato Santana, CARMO, Tatiane Aparecida Braga do. *A Importância do Patrimônio Histórico Joseense*. Trabalho de Graduação, Faculdade de História, Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO/COMPHAC, [www.fccr.org.br/comphac](http://www.fccr.org.br/comphac) 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO : Dossiê relativo às Estações ferroviárias, 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO: Lei municipal no 1.606/71 de 13/09/1971

FCCR, DPH. Dossiê Fazenda Galo Branco. 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo:Vértice, Revista dos Tribunais, 1990. p,131-160.

JORNAL *Valeparaibano*. 1970-2009. Acervo: Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

LESSA, Simone N. *São José dos Campos: O planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *O Estado e as formas de legitimação do patrimônio cultural*. IN: IX Cidade Revelada – Encontro sobre Patrimônio Cultural, I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, Itajaí, Santa Catarina, <http://cidadereveladaadm.itajai.sc.gov.br/arquivos/MESA-05%20B.pdf>, acesso 14 nov. 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso : princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000

ORTIZ, Renato. *Cultura e Sociedade Global*. IN: *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.13-33.

OZAKABE, Kogima. *Os Problemas das Condições de Produção*. IN: *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. *São José em Dados 2004*. São José dos Campos, PMSJC, 2004.

VILLARTA-NEDER, M.A; NOGUEIRA, T.F. *Construção de identidades através de discursos sobre a tuberculose*. IN: PAPALI, M.A. (org). *Histori(cidade)s – um olhar multidisciplinar*. São Paulo: Annablume-Univap, 2008.

ZANETTI, Valéria. *Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2008.

Artigo recebido em 15/09/2010.  
Aprovado para publicação em

Sobre os autores:

Nadia C. Del Monte Kojio

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba/Historiadora da Fundação Cultural Cassiano Ricardo - Av. Olivo Gomes, 100 – Santana - São José dos Campos - SP – Brasil - CEP: 12211-115.

E-mail: nadiakojio@fcc.org.br

Antonio Carlos Machado Guimarães

Doutor em Sociologia/Docente e Pesquisador da Universidade do Vale do Paraíba - Av. Shishima Hifumi, 2911 – URBANOVA - São Jose dos Campos, SP – Brasil – CEP: 12244-540.

E-mail: guimarães@univap.br

Maria Aparecida Papali

Doutora em História Social/Docente e Pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba - Av. Shishima Hifumi, 2911 – URBANOVA - São Jose dos Campos, SP – Brasil – CEP: 12244-540.

E-mail: papali@univap.br

Valéria Zanetti

Doutora em História Social/ Docente e Pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba - Av. Shishima Hifumi, 2911 – URBANOVA - São Jose dos Campos, SP – Brasil – CEP: 12244-540.

E-mail: vzanetti@univap.br

Maria Tereza Dejuste de Paula

Doutora em Educação/ Docente e Pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba Av. Shishima Hifumi, 2911 – URBANOVA - São Jose dos Campos, SP – Brasil – CEP: 12244-540.

E-mail: dejuste@univap.br